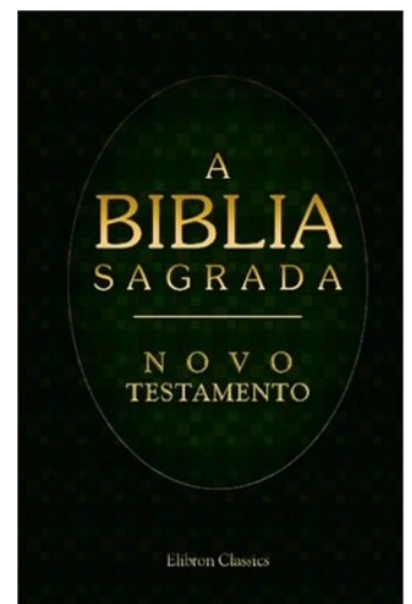
Bíblia – Novo Testamento

digg

O Cristianismo, nas suas etapas iniciais, considerou o Antigo Testamento como a sua única Bíblia. Jesus, como os seus discípulos e apóstolos e o resto do povo judeu, citou-o como "as Escrituras", "a Lei" ou "a Lei e os Profetas" (cf. Mc 12.24 Mt 12.5 Lc 16.16).

Com o passar do tempo, a Igreja, tendo entendido que em Cristo "as coisas antigas já passaram eis que se fizeram novas" (2Co 5.17), produziu muitos escritos acerca da vida e da obra do Senhor, estabeleceu e transmitiu a sua doutrina e estendeu a mensagem evangélica a regiões cada vez mais distantes da Palestina. Dentre esses escritos foi-se destacando aos poucos um grupo de vinte e sete, que pelos fins do séc. II começou a ser conhecido como Novo Testamento. Eram textos redigidos na língua grega, desiguais tanto em extensão como em natureza e gênero literário. Todos, porém, foram considerados com especial reverência como procedentes dos apóstolos de Jesus ou de pessoas muito próximas a eles.

O uso cada vez mais freqüente que os crentes faziam daqueles vinte e sete escritos (convencionalmente chamados “livros”) conduziu a uma geral aceitação da sua autoridade. A fé descobriu, sem demora, nas suas páginas a inspiração do Espírito Santo e o testemunho fidedigno de que em Jesus Cristo, o Filho de Deus, cumpriam-se as antigas profecias e se convertiam em realidade as esperanças messiânicas do povo de Israel. Conseqüentemente, a Igreja entendeu que os escritos hebraicos, que chamou de Antigo Testamento, requeriam uma segunda parte que viesse a documentar o cumprimento das promessas de Deus. E, enfim, após um longo processo e já bem avançado no séc. V, ficou oficialmente reconhecido o cânon geral da Bíblia como a soma de ambos os Testamentos. Divisão do Novo Testamento.

Desde o séc. V, o índice do Novo Testamento agrupa os livros da seguinte maneira:

1. **Evangelhos** (4):
a). Sinóticos (3): Mateus, Marcos e Lucas.
b). João

2. **Atos dos Apóstolos** (1)

3. **Epístolas** (21):
a) Paulinas (13): Romanos, 1Coríntios, 2Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1Tessalonicenses, 2Tessalonicenses, 1Timóteo, 2Timóteo, Tito e Filemom.
b) Epístola aos Hebreus (1)
c) Universais (7): Tiago, 1Pedro,2Pedro, 1João, 2João, 3João e Judas

4. **Apocalipse** (1)

Essa catalogação dos livros do Novo Testamento não corresponde à ordem cronológica da sua redação ou publicação é, antes, um agrupamento temático e por autores. Talvez, deve-se ver nesse agrupamento o propósito de apresentar a revelação de Deus e o anúncio do seu reino eterno a partir da boa nova da encarnação (Evangelhos) até a boa nova do retorno glorioso de Cristo no fim dos tempos (Apocalipse), passando pela história intermediária da vida e da incumbência apostólica da Igreja (Epístolas).

A transmissão do texto

É realmente extraordinário o número de manuscritos do Novo Testamento que chegou a nós depois de tantos séculos desde que foram escritos. Ao todo, são mais de 5.000. Alguns são apenas pequenos fragmentos, tão deteriorados pelo tempo e pelas más condições ambientais, que a sua utilidade é praticamente nula. Mas são muito mais numerosos os manuscritos que, no todo ou em parte, se conservaram num estado suficientemente satisfatório para transmitir até o presente a sua mensagem e testificar assim a fidelidade dos cristãos que os escreveram.

Assim sendo, os manuscritos que conhecemos não são autógrafos, isto é, nenhum provém da mão do próprio autor. Todos, sem exceção, são cópias de cópias dos textos originais gregos ou de traduções para outros idiomas. Copistas especializados pacientemente consagrados a esse labor de muitos anos de duração, os produziram nos lugares mais diversos e no decorrer de séculos.

As cópias mais antigas até agora conhecidas são papiros que datam do séc. III, procedentes do Egito.

O papiro é uma planta abundantemente encontrada às margens do Nilo. Da sua haste, cortada e prensada, preparavam-se tiras retangulares, que se uniam formando folhas de uns 30 centímetros de largura e vários metros de comprimento. Uma vez escritas, enrolavam-se as folhas com o texto para dentro, atando-as com fios.

Os rolos de papiro eram de fácil fabricação, mas o seu manejo era incômodo. Ademais, tanto a umidade como o calor seco danificavam o material e impediam a sua prolongada duração. Por isso, em substituição ao papiro, entre os séculos II e V, se difundiu o uso de pergaminho, que era uma folha de pele de ovelha

ou cordeiro especialmente curtida para poder-se escrever nela. Esse novo material, bastante mais custoso que o anterior, porém muito resistente e duradouro, permitiu, primeiro, a preparação de cadernos e, depois, o de códices, isto é, livros na forma em que os conhecemos atualmente. Entre os diversos códices da Bíblia descobertos até o dia de hoje, os mais antigos e, simultaneamente, mais completos são os chamados Sinaítico e Vaticano, ambos datados do séc. IV.

Palestina romana

Jesus nasceu em fins do reinado de Herodes, o Grande (47 a 4 a.C.) Homem cruel (cf. Mt 2.1-16) e, sem dúvida, inteligente, distinguiu-se pela grande quantidade de terras e cidades que conquistou e pelas numerosas e colossais construções com que as dotou. Entre estas, o templo de Jerusalém, do qual apenas se conservaram uns poucos restos pertencentes à muralha ocidental (o Muro das Lamentações).

Após a morte de Herodes (Mt 2.15-19), o seu reino foi dividido entre os seus filhos Arquelau, Herodes Antipas e Filipe. Arquelau (Mt 2.22), etnarca da Judéia e Samaria, foi deposto pelo imperador Augusto no ano 6 d.C. A partir de então, o governo esteve em mãos de procuradores romanos, entre eles Pôncio Pilatos, que manteve o cargo desde o ano 26 até 36. Herodes Antipas (Lc 3.1) foi tetrarca da Galiléia e Peréia até o ano 39 e Filipe (Lc 3.1), até 34 o foi da Ituréia, Traconites e outras regiões orientais do Norte (Ver a Cronologia Bíblica).

No ano 37, o imperador Calígula nomeou rei a Herodes Agripa e o colocou sobre a tetrarquia de Filipe, à qual logo acrescentou a de Herodes Antipas. Com a morte de Calígula (assassinado no ano 41), o seu sucessor, Cláudio, ampliou ainda mais os territórios de Agripa com a anexação da Judéia e Samaria. Desse modo, Agripa reinou até a sua morte (44 d.C.), praticamente sobre toda a Palestina.

Antipas foi aquele que mandou prender e matar a João Batista (Mc 6.16-29) e Herodes Agripa foi quem perseguiu a igreja de Jerusalém e mandou matar a Tiago e prender a Pedro (At 12.1-19). O Novo Testamento fala também de outro Herodes Agripa, filho do anterior: o rei que, acompanhado da sua irmã e mulher Berenice, escutou o discurso pronunciado por Paulo em sua própria defesa, em Cesaréia (At 25.13-26.32).

Por detrás de todos esses personagens se manteve, sempre vigilante, o poder romano. Roma era quem empossava ou demitia governantes nos países submetidos ao seu domínio, conforme lhe convinha. Durante a vida de Jesus e até à destruição de Jerusalém no ano 70, sucederam-se em Roma sete imperadores (ou césares). Três deles são mencionados no Novo Testamento: Augusto (Lc 2.1), Tibério (Lc 3.1) e Cláudio (At 11.28 18.2). E há um quarto, Nero, cujo nome não é mencionado, a quem Paulo faz tácita referência ao apelar ao tribunal de César (At 25.10-12 28.19).

A Palestina fazia parte do Império Romano desde o ano 63 a.C. Essa circunstância significara a perda definitiva da sua independência nacional. Dois longos séculos de agitação política a tinham levado a um estado de irreparável prostração moral, de que Roma, pela mão do general Pompeu, aproveitou-se apoderando-se do país e integrando-o na província da Síria.

A fim de manter a paz e a tranqüilidade nos seus territórios, Roma atuava geralmente com muita cautela, sem pressionar excessivamente a população submetida e sem forçá-la a mudar os seus próprios modelos da sociedade, nem os seus costumes, cultos e crenças religiosas. Inclusive, às vezes, a fim de pôr uma nota de tolerância e boa vontade, consentia a existência de certos governos nacionais, como os de Herodes, o Grande, e dos seus sucessores dinásticos. O que Roma nunca permitiu foi a agitação política e muito menos a rebelião aberta dentro das suas fronteiras. Quando isso ocorria, o exército se encarregava de restabelecer a ordem, atuando com presteza e com o máximo rigor. Foi isso que aconteceu no ano 70 d.C., quando Tito, filho do imperador Vespasiano, arrasou Jerusalém e provocou a "diáspora" (ou dispersão) de grande parte da população, a fim de acabar de uma vez por todas com as revoltas judaicas iniciadas uns quatro anos antes.

Configuração física da Palestina

O Jordão é o rio da Palestina. Nasce no monte Hermom e percorre o país de norte a sul, dividindo-o em dois: a Cisjordânia, ou lado ocidental, e a Transjordânia, ou lado oriental. Depois de atravessar o mar da Galiléia, corre serpenteante ao longo de uma depressão geológica cada vez mais profunda, até desembocar no mar Morto, a uns 110 km do lugar do seu nascimento e a quase 400 m abaixo do nível do Mediterrâneo.

O mar Morto, de quase 1000 km² de superfície, deve o seu nome ao fato de que a alta proporção de sal e outros elementos dissolvidos nas suas águas fazem nelas impossível a vida de peixes e de plantas. Ao contrário, o mar (ou o lago) da Galiléia, também chamado de lago de Genesaré ou de Tiberíades (cf., p. ex., Mt 4.18 14.34 e Jo 6.1), de 145 km² de superfície e situado igualmente em uma profunda depressão (212 m abaixo do nível do Mediterrâneo), é uma grande represa natural de água doce em que abundam os peixes (cf. Lc 5.4-7 Jo 21.6-11).

A Palestina é uma terra de montanhas. Na época do Novo Testamento, quase todas as suas cidades estavam situadas em algum ponto da cordilheira que desce, desde os maciços do Líbano (3.083 m) e do Hermom (2.760 m) até os limites meridionais do país na região desértica do Neguebe. Essa cadeia só se vê cortada pela planície de Jezreel (Js 17.16), que penetra nela, deixando ao norte os montes da Galiléia e ao sul os desvios das montanhas de Samaria.

Alguns nomes do sistema orográfico da Palestina se conhecem pela menção que deles fazem os relatos bíblicos. No lado oriental do Jordão, p. ex., encontra-se o monte Nebo, de 1.146 m de altura e, no lado ocidental, o Carmelo (552 m), o Gerizim (868 m), o monte das Oliveiras (uns 800 m) e o Tabor (562 m).

A Palestina achava-se limitada pelos desertos da Arábia e da Síria ao leste e, a oeste, pelo mar Mediterrâneo, separado das montanhas pelas terras baixas que começam na fértil planície de Sarom (cf. Ct 2.1 Is 35.2), junto ao monte Carmelo.

Populações da Palestina

Os Evangelhos e Atos dos Apóstolos mencionam um bom número de cidades, vilas e aldeias espalhadas pelo país, especialmente a oeste do Jordão e do mar Morto. Na região da Galiléia se encontravam, às margens do lago de Genesaré, Cafarnaum, Corazim e Magdala e, mais ao interior, Caná, Nazaré e Naim.

Na região da Judéia, a quase 1.150 m acima do nível do mar Morto, eleva-se Jerusalém. Perto dela, ao sul, Belém a leste, sobre o monte das Oliveiras, Betânia e Betfagé e, a oeste, Emaús, mais longe, Lida e, por último, o porto de Jope. A partir daqui, descendo pelo litoral, Azoto e Gaza. O Novo Testamento menciona também algumas cidades e vilas palestinas que não pertenciam à Judéia ou Galiléia: Cesaréia de Filipe, na Ituréia Sarepta, Tiro e Sidom, no litoral da Fenícia Siquém, em Samaria.

Sociedade e cultura no mundo judaico

Os relatos dos evangelistas oferecem uma espécie de retrato da forma de vida dos judeus de então. As parábolas de Jesus e as ocorrências nos percursos que fez pela Palestina destacam a importância que, naquela sociedade, representavam os trabalhos do campo. A semeadura e a colheita de cereais, o plantio de vinhas e a colheita de uvas, a produção hortícola e as referências à oliveira, à figueira e a outras árvores são dados reveladores de uma cultura basicamente agrária, completada com a criação de rebanhos de ovelhas e cordeiros, de animais de carga e, inclusive, de manadas de porcos. Por outro lado, a pesca ocupava um lugar importante na atividade dos moradores que viviam nas aldeias costeiras do mar da Galiléia. Junto a essas profissões exerciam-se também outras de índole artesanal. Ali se encontravam perfumistas, tecelões, curtidores, carpinteiros (cf. Mc 6.3), oleiros e fabricantes de tendas de campanha (cf. At 18.3) e, certamente, também servidores domésticos, comerciantes, banqueiros e cobradores de impostos (ver Publicanos na Concordância Temática). Nos degraus mais baixos da escala sócio-econômica estavam os peões contratados ao salário do dia, os escravos (cf. Êx 21.1-11), as prostitutas e um número considerável de pessoas que sobreviviam com a prática da mendicância.

Religião e política

A religião e a política caminham juntas no mundo judaico. Eram dois componentes de uma só realidade, expressa no sentimento nacionalista que brotava da mesma fonte, a fé no Deus de Abraão, Isaque e Jacó. A história do povo de Israel é a história da sua fé em Deus e a sua fé é a fé em que Deus governa toda a sua história.
Por isso, o sumo sacerdote em exercício era precisamente aquele que presidia o Sinédrio, máximo órgão jurídico e administrativo da nação. Este consistia num conselho de 71 membros, no qual estavam representados os três grupos político-religiosos mais significativos da época:
os sacerdotes, arrolados na sua maioria no partido saduceu
os anciãos, geralmente fariseus e
os mestres da Lei.

O Sinédrio gozava de todas as competências de um governo autônomo, salvo aquelas em que Roma se reservava os direitos de última instância. O Sinédrio, p. ex., era competente para condenar à morte um réu, mas a ordem da execução exigia o visto da autoridade romana, como sucedeu no caso de Jesus (cf. Jo 19.10).

Em relação aos partidos, convém assinalar que os fariseus eram os representantes mais rigorosos da espiritualidade judaica. Com a sua insistência na observância estrita da Lei mosaica e no respeito às tradições dos “pais” (isto é, os antepassados), exerciam uma forte influência no povo. Jesus reprovava o seu exagerado zelo ritual e o afã de satisfazer os mais insignificantes aspectos da letra da Lei, que os fazia esquecer freqüentemente os valores do espírito que a anima (cf. Mc 7.3-4,8-13. Ver 2Co 3.6).

Os saduceus representavam, de certo modo, a aristocracia de Israel. Esse partido, mais reduzido numericamente que o fariseu, era formado, em grande parte, pelas poderosas famílias dos sumos sacerdotes. Na sua doutrina, em contraste com o que ensinavam os fariseus, os saduceus mantinham “não haver ressurreição, nem anjo, nem espírito” (At 23.8).

Tradicionalmente, se tem considerado que os zelotes constituíam um grupo judaico nacionalista que se rebelou contra Roma. Eram conhecidos também como cananitas. Com ambos os epítetos se identifica no Novo Testamento Simão, um dos doze discípulos de Jesus (ver Lc 6.15, nota n e cf. Mt 10.4 e Mc 3.18 com Lc 6.15 e At 1.13). Os zelotes desempenharam um papel muito ativo na rebelião dos anos 66 a 70.

À parte desses três grupos, havia outros, como os herodianos, cuja identidade não se conseguiu esclarecer totalmente. É provável que se tratasse de pessoas a serviço de Herodes, embora alguns achem que o nome se adapte melhor aos partidários de Herodes e de sua dinastia.

Os escribas, mestres da Lei ou rabinos formavam um grupo profissional e não um partido. Eram os encarregados de instruir o povo em matéria de religião. Não pertenciam, em geral, à classe sacerdotal, mas eram influentes e chegaram a gozar de uma elevada consideração como intérpretes das Escrituras e dirigentes do povo.

Pouco tempo e pouco espaço necessitou Jesus de Nazaré para realizar uma obra cujas bênçãos haveriam de alcançar a todos os seres humanos de todos os tempos e de todos os lugares. O Novo Testamento dá testemunho disso: ele é o registro que, com a mesma singeleza com que o Filho de Deus se manifestou em carne, também fala do amor de Deus e da sua vontade salvadora.

Fonte:
iLúmina – A Bíblia do século XXI